



**PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO
UNIVERSITÁRIO DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (PEUD/MPPE)**

CADERNO DE PROVA

Curso: DIREITO

Data: 08/03/2020

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Além deste Caderno de Provas, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala, uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas) e uma Folha de Redação.

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas e Folha de Redação, será 04(quatro) horas:

- Permanência mínima de 01 (uma) hora após o início da prova;
- O candidato poderá levar seu Caderno de Provas 01 (uma) hora antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;

Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;

Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;

Sair do prédio de aplicação das provas portando a Folha de Respostas e Folha de Redação, documentos oficiais para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 (cinquenta) questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas e Folha de Redação, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta(material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas e Folha de Redação, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas e Folha de Redação;
- Os 03 (três) últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.



| | | | |
|-----------|------|------------|----------|
| NOME | | | |
| INSCRIÇÃO | SALA | IDENTIDADE | ORGÃO/UF |

REDAÇÃO

Redigir um texto dissertativo - argumentativo sobre o tema **“Desempenho do Ministério Público diante da probabilidade de um surto viral no Brasil”**, observando as informações abaixo:

A redação deverá:

- Empregar a variedade linguística formal;
- Ser escrito em prosa;
- Ser coeso e coerente;
- Ter originalidade;
- Ter progressão temática;
- Respeitar o tipo de texto indicado;
- Ter, no mínimo, 25 linhas e, no máximo 30.

Receberá nota 0,00 (zero) e será ELIMINADO da Seleção Pública, independente da Nota e da Classificação obtida na Prova Objetiva, o candidato que na redação:

- a) Fugir completamente do tema proposto;
- b) Apresentar textos de forma não articulada verbalmente (apenas desenhos, números e palavras soltas ou em forma de versos);
- c) Transcrever a versão definitiva a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- d) Entregar a versão definitiva em branco;
- e) Apresentar a versão definitiva com letra ilegível;
- f) Não obedecer ao número mínimo de linhas;
- g) Deixar alguma marca na Folha de Redação, que possa identificá-lo.

REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA DA REDAÇÃO:

“Desempenho do Ministério Público diante da probabilidade de um surto viral no Brasil”

TÍTULO:

1

10

20

30

PROVA: DIREITO

Questão 01

Segundo o Art. 127 da Constituição Federal, “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado”. Pensando na operacionalização das funções a serem exercidas pelo MP, a própria Constituição encarregou-se de enumerar princípios e garantias institucionais para norteá-las. Tais princípios e garantias devem ser interpretados em conjunto e harmonicamente e assim representarem postulados constitucionais estruturantes.

Sobre o tema, assinale a resposta incorreta:

- a) Os membros do Ministério Público formam um único órgão, significando dizer que, em qualquer processo, uns substituem outros, uma vez que agem em nome da instituição e não em seu próprio nome. Temos então representado o Princípio da INDIVISIBILIDADE. A intimação realizada em determinado processo é feita ao órgão e não a um promotor específico;
- b) Na realização de suas funções, ao se mencionar que um dos princípios que regem o Ministério Público é o Princípio da INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL, significa dizer que não poderá haver subordinação hierárquica nem intelectual entre seus membros, e, portanto, não poderá existir vinculação de posicionamentos;
- c) As funções exercidas pelo Ministério Público estão relacionadas à defesa da ordem jurídica, do regime burocrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis e estão norteadas pelo princípio da UNIDADE, cuja essência está em atuar em unidade com os outros poderes do estado brasileiro, sendo deles dependentes;
- d) O § 2º do Art.127 diz que “Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa”. Ao estabelecer a AUTONOMIA FUNCIONAL a lei deu uma prerrogativa à instituição e não ao ocupante do cargo dentro da instituição. Por essa razão, um procurador não poderá, avocando tal princípio operacional, realizar o que entender. O estabelecimento da autonomia citada serve para que o Ministério Público possa agir sem precisar pedir permissão ao presidente da República ou governador, dependendo da dimensão ao caso relacionada;
- e) A autonomia administrativa é outra garantia do Ministério Público como instituição e se expressa pela capacidade de dirigir a si próprio, ou seja, se autoadministrar e governar. Em consequência desta garantia, poderá o MP propor ao Poder Legislativo, disposições relacionadas à sua organização e funcionamento, inclusive política remuneratória e planos de carreira, desde que observados os limites constitucionais.

Questão 02

Com o objetivo de viabilizar ou dinamizar a atividade jurisdicional, a Constituição Federal institucionalizou atividades profissionais nas esferas pública e privada, e lhes atribuiu o status de funções essenciais à Justiça. A Constituição Federal trata do Ministério Público e suas particularidades nos Arts. 127 a 130. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) Significando importante garantia constitucional, as funções do Ministério Público só poderão ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição;
- b) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, 03 (três) anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação;
- c) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República; o Ministério Público estadual tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça. A nomeação ou destituição de ambos os cargos é feita unilateralmente pelo Presidente da República, considerada a importância do cargo e sua responsabilidade perante a justiça;
- d) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- e) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas as garantias e as vedações constitucionalmente previstas.

Questão 03

Vivemos em um estado democrático de direito, com o objetivo de proteger os cidadãos, sem esquecer a proteção devida aos direitos fundamentais do acusado. A justiça penal deve tomar como norte mecanismos normativos e institucionais que objetivem controlar ou, ao menos, minimizar o poder punitivo estatal. Sobre o tema, analise as alternativas abaixo e responda a seguir:

- I. A prática da tortura, do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos são considerados crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia;
- II. O crime que atente contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, advindos da ação de grupos armados, civis ou militares, também será considerado inafiançável e imprescritível;
- III. Nenhuma pena ou obrigação passará da pessoa do condenado;
- IV. Dentre as penas previstas em nossa Constituição não estão contempladas, por exemplo, as de trabalhos forçados e as de caráter perpétuo. Por outro lado, podem-se citar exemplos de pena a serem adotadas pela lei quando da sua individualização, a prestação social alternativa e a suspensão ou interdição de direitos;
- V. A identificação da natureza do delito cometido, a idade e o sexo do apenado são fatores que determinam o estabelecimento em que a pena será cumprida.

Sobre a veracidade do disposto nas alternativas acima, responda:

- a) Todas as alternativas estão corretas;
b) Apenas a alternativa III está incorreta;
c) Apenas as alternativas III e V estão corretas;
d) Estão incorretas as alternativas I, II e V;
e) Estão incorretas as alternativas I e IV.

Questão 04

Os direitos sociais são considerados direitos fundamentais, ao lado dos direitos individuais ou liberdades públicas. As normas que definem os direitos sociais não podem ser consideradas meras normas programáticas desprovidas de eficácia, pois isso colocaria à prova a teoria da força normativa da Constituição. A Carta Magna elenca os DIREITOS SOCIAIS em seu Art.6º, embora a lista não implique em taxatividade.

Assinale abaixo a alternativa na qual não estão contemplados exemplos de DIREITOS SOCIAIS:

- a) Previdência social, proteção à maternidade e à infância, segurança e lazer;
b) Saúde, alimentação, trabalho e moradia;
c) Previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados e segurança;
d) Educação superior, transporte gratuito, assistência laboral e propriedade;

- e) Moradia, transporte, lazer, segurança e previdência social.

Questão 05

O principal objetivo da Administração Pública é atender às necessidades da sociedade. Cumpre seu papel gerenciando os interesses coletivos, porém, esbarra em determinadas restrições mais conhecidas como Princípios Gerais da Administração Pública. A definição que se segue se refere a um dos princípios que regem a Administração Pública. Assinale a seguir a alternativa que contempla o seu nome.

“Princípio que objetiva harmonizar o ordenamento jurídico extinguindo lacunas e impondo limites à discricionariedade administrativa. Estabelece que, no exercício de atos administrativos discricionários, sensatez e coerência são fundamentais, pois, só assim determinada decisão do gestor público ao integrar de forma discricionária uma norma, trará efetivo atendimento aos interesses públicos”.

Estamos falando do:

- a) Princípio da Legalidade;
b) Princípio da Finalidade;
c) Princípio da Eficiência;
d) Princípio da Segurança Jurídica;
e) Princípio da Razoabilidade.

Questão 06

Considerando os mais de 500 anos da colonização do Brasil, pode-se afirmar que o Ministério Público é uma criação relativamente recente. A Constituição de 1988 instituiu expressamente o Ministério Público como um órgão que possui funções essenciais à Justiça. Funções institucionais foram para ele criadas, assim como garantias e vedações para seus membros. Para uma eficiente atuação do Ministério Público tornou-se imperiosa a criação de um Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), criado através da Emenda Constitucional n.º 45, de 8 de dezembro de 2004, cuja finalidade precípua é de contenção. De uma forma resumida, pode-se dizer que ao Conselho Nacional do Ministério Público cabe rever e desconstituir os atos administrativos ilegais praticados por membros ou órgãos do Ministério Público.

Observe abaixo a transcrição do Art.130-A da CF com algumas lacunas sinalizadas. Assinale a seguir a alternativa que contém a ordem correta para o preenchimento destas lacunas:

“O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de _____ membros nomeados pelo _____, depois de aprovada a escolha pela _____ do _____, para um mandato de _____, admitida uma recondução”.

- a) Doze - Presidente da República – maioria simples - Senado Federal - quatro anos;
- b) Quatorze - Presidente da República – maioria absoluta - Senado Federal - três anos;
- c) Quatorze - Presidente da República – maioria qualificada - Senado Federal - dois anos;
- d) Quatorze - Presidente da República – maioria absoluta - Senado Federal - dois anos;
- e) Treze - Presidente da República – maioria qualificada - Senado Federal – três anos.

Questão 07

A Constituição Federal elenca GARANTIAS e VEDAÇÕES aos membros do Ministério Público (MP). Sobre o tema em questão, julgue os itens a seguir:

- I. A Irredutibilidade de subsídios é uma garantia para os membros do MP, contudo, por mais paradoxal que possa parecer, essa segurança é apenas aparente, significando dizer que em um cenário decorrente de correção inflacionária essa garantia não se verificará;
- II. A inamovibilidade para o membro do MP lhe garante não poder ser promovido ou removido de forma unilateral. Sem a autorização ou solicitação do membro do MP, sua promoção ou deslocamento nunca ocorrerá;
- III. Para os membros do MP, a vitaliciedade é adquirida após 2 anos de efetivo exercício no cargo. O membro do MP apenas poderá perder seu cargo após sentença judicial transitada em julgado;
- IV. Como exemplos de impedimentos e vedações aos membros do MP pode-se citar a participação em sociedade comercial; exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; exercer atividade político-partidária; exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Está correto o disposto nos itens:

- a) I, III e IV;
- b) I e IV;

- c) II e III;
- d) III e IV;
- e) Todas corretas.

Questão 08

Após o processo licitatório tem-se a formalização do contrato, porém, isso não impede que possa ocorrer alteração deste último, desde que devidamente justificada. Assinale abaixo a alternativa que contenha uma hipótese legal para essa alteração:

- a) Embora o contrato seja um acordo de vontades entre a administração e terceiros em que haja a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, poderá a Administração alterar o contrato, unilateralmente, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Verificada a necessidade da modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, a alteração contratual só acontecerá por acordo das partes;
- c) A Administração não poderá alterar unilateralmente o contrato para aumentar os encargos do contratado;
- d) Será caracterizada alteração contratual, a decisão da Administração de realizar a variação do valor contratual para fazer jus ao reajuste de preços previsto no próprio contrato;
- e) A Administração poderá alterar unilateralmente o contrato quando for necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço.

Questão 09

Governador de determinado estado da federação deixa de realizar gasto específico ao qual estaria obrigado nos termos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. O governante está obrigado a cumprir os preceitos legais e a pautar suas ações e decisões ao que neles estejam previstos em decorrência do:

- a) Poder de Polícia;
- b) Poder Regulamentar;
- c) Poder Disciplinar;
- d) Poder Vinculado;
- e) Poder Discricionário.

Questão 10

Após análise do seguinte caso hipotético, responda ao que se pede.

Carlos, funcionário de determinada prefeitura, conhece Lucas, dono de uma pequena empresa fabricante de equipamentos de informática. Em determinado processo licitatório, acordou com Lucas em receber determinada quantia para dispensar o

processo licitatório e permitir a compra direta de alguns equipamentos, pagando um preço maior que o comercializado no mercado. Neste caso:

- O servidor, através do ato administrativo, não praticou lesão ao erário, logo, não houve improbidade administrativa;
- O servidor, através do ato administrativo, não praticou enriquecimento ilícito, logo, não houve improbidade administrativa;
- O ato administrativo do servidor não pode ser considerado improbidade administrativa porque se tratou de dispensa de licitação através de compra direta;
- O servidor, através do ato administrativo, praticou lesão ao erário e também enriquecimento ilícito, contudo, um ato administrativo que não tenha a configuração de enriquecimento ilícito ou não cause prejuízo ao erário, ainda assim poderá ser considerado ato de improbidade administrativa;
- A licitação através da compra direta, em qualquer caso, configura hipótese de improbidade administrativa.

Questão 11

Sou uma das várias modalidades de licitação e apresento como características principais: I. recaio apenas sobre a aquisição de bens ou serviços comuns, independentemente do valor do bem ou serviço a ser adquirido; II. possuo habilitação posterior ao exame das propostas; III. sou realizado pelo pregoeiro e sua equipe de apoio designados entre os servidores do órgão licitante e na minha modalidade, há ausência de garantia de propostas.

Eu sou:

- Pregão;
- Concorrência;
- Convite;
- Tomada de Preço;
- Leilão.

Questão 12

Na definição de Di Pietro (2010), trata-se de procedimento administrativo, através do qual, mediante prévia declaração de necessidade pública, interesse público ou utilidade pública, o Poder Público ou seus delegados impõem ao proprietário a perda de um bem, mediante o pagamento de indenização. O texto se refere a qual procedimento?

- Indenização;
- Desapropriação;
- Usucapião;
- Tombamento;
- Servidão Administrativa.

Questão 13

As Súmulas 346 e 473 do STF tratam dos institutos da ANULAÇÃO e REVOGAÇÃO dos atos administrativos, evidenciando o Princípio da Autotutela Administrativa, através da qual a Administração pode controlar seus próprios atos.

Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- A revogação abrange tão somente o mérito do ato administrativo; é medida privativa da Administração Pública e obedece às regras de competência. A anulação recai sobre a ilegalidade ou ilegitimidade e somente aquele que tem atribuições para praticar o ato poderá revogá-lo;
- A anulação de um ato administrativo pode ser feita tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário; a revogação apenas poderá ser efetivada pela Administração Pública;
- A anulação recai sobre atos legítimos, por esta razão, seus efeitos são *ex-nunc*; já a revogação busca atingir o ato viciado e por isto, seus efeitos são *ex-tunc* e deles não se originam direito, salvo em relação a terceiros de boa-fé;
- Com relação ao fundamento dos institutos, a anulação trata da ilegalidade do ato; na revogação, é a conveniência e oportunidade que estão em questão, ou seja, o interesse público;
- Alguns atos não podem ser revogados. Tem-se como exemplo aqueles que a lei declare irrevogáveis; os atos vinculados; os atos que geram direito adquirido; os atos já exauridos e aqueles que determinam uma providência material já executada, a exemplo de uma demolição.

Questão 14

A Administração Pública se utiliza de técnicas para racionalizar a prestação dos serviços públicos de sua responsabilidade.

Sobre o tema DESCENTRALIZAÇÃO e DESCONCENTRAÇÃO, assinale a alternativa incorreta:

- A descentralização é um conceito que se refere à distribuição de competências de uma pessoa para outra. Existem dois tipos de descentralização: a política e a administrativa;
- Desconcentração é a repartição de funções entre vários órgãos de uma mesma Administração, sem quebra da hierarquia;
- As repartições públicas especializadas ou espalhadas pelo critério da desconcentração territorial são órgãos que compõem a hierarquia da Administração Direta e, por essa razão, não possuem personalidade jurídica própria. Os atos por elas praticados são imputados ao ente estatal ao qual pertencem;

- d) São tipos de descentralização administrativa, a de natureza territorial, a descentralização por serviços, funcional ou técnica, e a descentralização por colaboração;
- e) A repartição interna de atribuições administrativas aos diversos órgãos integrantes da mesma pessoa política, sob uma mesma ordem hierárquica se refere a uma organização descentralizada.

Questão 15

André, ao perceber que sua esposa, Kátia havia saído de casa mais cedo para trabalhar, foi ao quarto de Jéssica, sua enteada, com 18 (dezoito) anos de idade, que estava dormindo. Ao observar que Jéssica estava dormindo, André aproximou-se e começou a apalpar seu corpo, acariciando a vagina de sua enteada sem que ela acordasse. Neste momento, João, primo de Jéssica, entrou em casa e, presenciando a situação que ocorria, começou a gritar, ameaçando chamar a polícia, fato que fez com que André se afastasse da jovem e fugisse. Com base na situação hipotética acima narrada, podemos afirmar, corretamente, que o tipo penal praticado por André foi:

- a) Estupro;
b) Estupro de vulnerável;
c) Violação Sexual mediante fraude;
d) Atentado ao pudor mediante fraude;
e) Assédio sexual.

Questão 16

Tendo como base o Código Penal Brasileiro, bem como a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta acerca dos crimes contra o patrimônio.

- a) Segundo o STJ, a ameaça exercida com emprego de simulacro de arma de fogo, inofensiva, é apta para configurar a intimidação caracterizadora do crime de roubo, mas incapaz de gerar o aumento de pena de 1/3 até a metade;
- b) O ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, moral ou sexual, caracteriza o crime de extorsão;
- c) Segundo o STF, no que concerne o crime de furto, sua consumação se dá pela teoria da *ablatio*, ou seja, ocorre quando o agente, depois de apoderar-se da coisa, consegue deslocá-la de um lugar para o outro;
- d) Para a consumação e tipicidade do crime de roubo é necessário que o bem roubado seja lícito;
- e) Aquele que se apropria, mediante fraude, de coisa alheia móvel, comete o crime de apropriação indébita.

Questão 17

Sebastião, empresário, com 40 (quarenta) anos, com uma faca, assassinou Joana, sua esposa, com 28

(vinte e oito) anos, com quem tivera um filho há menos de 03 (três) meses, em evidente situação de violência doméstica e familiar.

Na situação acima evidenciada, o crime cometido por Sebastião foi:

- a) Homicídio qualificado por motivo fútil, sem incidência de aumento de pena;
b) Homicídio privilegiado;
c) Femicídio, sem incidência de aumento de pena;
d) Homicídio qualificado por motivo fútil, devendo a pena ser aumentada de 2/3 a 1/3;
e) Femicídio, devendo a pena ser aumentada de 1/3 até a metade.

Questão 18

É incorreto afirmar, no tocante aos crimes previstos na Lei de Drogas, que:

- a) É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento;
- b) A pena do crime de tráfico de drogas será aumentada de 1/6 a 2/3 se a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais;
- c) Em caso de concurso de crimes, a pena de multa poderá ser aumentada até o quádruplo se, em virtude da situação econômica do acusado, considerá-las o juiz ineficazes, ainda que aplicadas no máximo;
- d) Se, ao tempo da ação ou omissão, o agente não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a pena poderá ser reduzida pela metade;
- e) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

Questão 19

Daniela e seu marido, Pedro, foram assaltados e, durante a consumação do crime de roubo, Pedro foi baleado na barriga, sendo socorrido, posteriormente, em estado grave, por uma ambulância que o levou a um hospital para tratamento emergencial. Ao chegar ao local de destino, Daniela foi abordada por Rita, gerente da unidade hospitalar, que exigiu, para atendimento de Pedro, o preenchimento de formulários administrativos, um cheque caução no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e os dados

telefônicos de dois parentes do enfermo. No caso apresentado, Rita:

- a) Cometeu o crime de omissão de socorro;
- b) Praticou o crime de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial;
- c) Não cometeu crime algum;
- d) Teria cometido o crime de homicídio doloso qualificado, caso Pedro viesse a falecer por falta de cuidados médicos;
- e) Cometeu o crime perigo para a vida ou saúde de outrem.

Questão 20

O desaforamento é um instituto de uso excepcional, caracterizado pelo deslocamento da competência do processo de crime doloso contra a vida para a comarca mais próxima.

Acerca do referido instituto, assinale a alternativa incorreta:

- a) O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente;
- b) Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado;
- c) O desaforamento somente será decretado se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado;
- d) Não existe um termo final para que seja feito o desaforamento, desde que seja determinado pelo tribunal competente até antes da realização do julgamento pelo tribunal do júri;
- e) O desaforamento deverá acontecer para outra comarca da mesma região, onde não existam os motivos que o ensejaram, preferindo-se as mais próximas.

Questão 21

Dentre os tipos de ação penal, existem as decorrentes de infrações penais que ofendem sobremaneira a intimidade da vítima, situação em que a persecução penal é transferida excepcionalmente ao particular, nascendo, assim, a ação penal privada. Com relação à ação penal privada, assinale a alternativa correta:

- a) Um dos tipos de ação penal privada é a subsidiária da pública, com previsão constitucional expressa e que tem cabimento diante da inércia do Ministério Público em atuar, promovendo a denúncia, nos prazos legais. Neste tipo de ação penal, o Ministério Público atua como interveniente adesivo obrigatório;

- b) A ação penal privada é regida pelo princípio da disponibilidade, podendo este ser personificado pelos institutos da renúncia ou perdão, que produzem efeitos a partir da aceitação do réu;
- c) O prazo para que o ofendido ou seu representante legal, na ação penal privada subsidiária da pública, ingresse com a queixa é de seis meses, contados da intimação da remessa do inquérito policial ao juízo competente;
- d) Declarar-se-á perempta a ação penal privada, quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir, mesmo havendo sucessor;
- e) No caso de morte ou declaração de ausência da vítima, o direito de ação transfere-se apenas ao cônjuge, ascendentes e descendentes.

Questão 22

Prova, segundo Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar, é “tudo aquilo que contribui para a formação do convencimento do magistrado, demonstrando os fatos, atos, ou até mesmo o próprio direito discutido no litígio”.

Acerca de tal instituto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias;
- b) O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes, inclusive, caso seja conveniente, serão ouvidas as pessoas a que as testemunhas se referirem;
- c) Cartas particulares, obtidas e exibidas sem o consentimento do signatário, não poderão ser exibidas em juízo e, caso sejam, mesmo que para defesa de direito, serão inadmitidas pelo juiz;
- d) A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar;
- e) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

Questão 23

Dentre as modalidades de prisões previstas no Código de Processo Penal, existe a prisão preventiva, de natureza cautelar mais ampla e, sobre a qual, é possível afirmar corretamente que:

- a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou por representação da autoridade policial, sendo incabível, todavia, baseada em requerimento do querelante;

- b) A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, não se considerando fundamentada a decisão que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento;
- c) Não será admitida a prisão preventiva em caso de descumprimento de obrigações impostas por força de outras medidas cautelares, tendo em vista que deve vigorar o princípio da subsidiariedade da pena;
- d) Mesmo em caso de infrator reincidente, só caberá à decretação de prisão preventiva para casos de crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos;
- e) A prisão preventiva somente será declarada se houver, cumulativamente, risco a garantia da ordem pública e da ordem econômica.

Questão 24

No procedimento especial do tribunal do júri, o rito processual é escalonado, isto é, bifásico, possuindo duas etapas distintas. A primeira fase, chamada de juízo de instrução preliminar, funciona como uma verdadeira fase de filtro, a propiciar a remessa do réu à segunda etapa do julgamento, chamada de juízo de mérito, onde os fatos serão devidamente apreciados. No tocante à fase de juízo de instrução preliminar, assinale a assertiva correta:

- a) O Ministério Público poderá arrolar até o máximo de 06 (seis) testemunhas;
- b) O juiz determinará a inquirição das testemunhas e a realização das diligências requeridas pelas partes, no prazo máximo de 08 (oito) dias;
- c) Em se havendo arguição de preliminares na defesa, deve o Ministério Público se manifestar sobre elas no prazo de 10 (dez) dias;
- d) O prazo para responder a acusação, por escrito, deve ser contado a partir do efetivo cumprimento do mandado ou do comparecimento em juízo do réu ou de seu defensor quando inválida a citação ou realizada esta por edital;
- e) O procedimento de juízo de instrução preliminar será concluído no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Questão 25

Com relação à atuação do Ministério Público e seu assistente de acusação, no direito processual penal, julgue os itens abaixo:

- I. Necessariamente, o Ministério Público será ouvido previamente sobre a admissão do assistente;
- II. Pode intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido, seu representante legal, ou, na falta, seu cônjuge, ascendente, descendente ou

- irmão, desde que o faça até o recebimento da denúncia;
- III. A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia;
- IV. Quando o assistente, intimado, deixar de comparecer a qualquer dos atos da instrução ou do julgamento, sem motivo de força maior, devidamente comprovado, o processo prosseguirá independentemente de nova intimação.

Estão corretas apenas:

- a) I, II, III e IV;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) II e IV;
- e) I, III e IV.

Questão 26

Acerca do instituto da liberdade provisória, é incorreto afirmar que:

- a) Nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos, não será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança;
- b) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 04 (quatro) anos;
- c) Em caso de prisão em flagrante, será competente para conceder à fiança a autoridade que presidir ao respectivo auto, e, em caso de prisão por mandado, o juiz que o houver expedido, ou a autoridade judiciária ou policial a quem tiver sido requisitada a prisão;
- d) O réu afiançado não poderá, sob pena de quebração da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 08 (oito) dias de sua residência, sem comunicar, àquela autoridade, o lugar onde será encontrado;
- e) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, condenado, o acusado não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta.

Questão 27

A prisão em flagrante é a que resulta no momento e no local do crime. É uma medida de restritiva de liberdade, de natureza cautelar e caráter eminentemente administrativo, que não exige ordem escrita do juiz, porque o fato ocorre de inopino. Acerca da prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- a) Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação;
- b) No flagrante presumido o agente é preso, sempre após perseguição policial, com instrumentos, armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ele o autor do delito;
- c) No flagrante esperado o agente é induzido a cometer o delito e, neste momento, acaba sendo preso em flagrante;
- d) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público;
- e) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito durante as primeiras 24 (vinte e quatro) horas após a cessação da permanência.

Questão 28

A expressão “*Fontes do Direito*” se refere à sua origem, ao local de onde emana. Por sua natureza, são elementos geradores do direito com a finalidade de garantir que o direito seja aplicado ao caso concreto. Sobre o tema, julgue os itens abaixo:

Complete as lacunas abaixo e assinale a alternativa que contém a ordem correta de preenchimento:

- I. _____ são as causas que determinam a formulação das normas jurídicas. Brotam dos mais diferentes motivos de cunhos filosóficos, éticos, sociais, econômicos e outros;
- II. _____ é uma fonte do direito que se revela através do exercício da jurisdição. Sua manifestação proporciona uma maior flexibilidade ao ordenamento jurídico estático, adequando-o a uma nova conjugação de forças refletida em determinado caso concreto;
- III. _____ reflete o hábito social constatado em uma sociedade. Para ser classificado como tal, necessário haver o uso constante e notório, expressando assim características de objetividade, reflexo da prática permanente em determinado decurso do tempo e de subjetividade, refletida na certeza da necessidade de sua prática;
- IV. _____ representam um conjunto através do qual o direito se manifesta com força obrigatória. Sua função é atribuir forma ao tratamento dado pela sociedade a determinado valor, em determinada época;
- V. _____ são as fontes mais importantes do ordenamento jurídico brasileiro posto que preenche os requisitos de certeza e

segurança tão necessárias em uma sociedade. São estruturas basilares de um ordenamento e estabelecem regras para o futuro, devendo se dirigir à totalidade dos cidadãos, preservando assim a igualdade do sistema.

- a) FONTES MATERIAIS – JURISPRUDÊNCIA – COSTUME – FONTES FORMAIS – LEIS;
- b) JURISPRUDÊNCIA - FONTES MATERIAIS – COSTUME - FONTES FORMAIS – LEIS;
- c) COSTUME - FONTES FORMAIS – LEIS - JURISPRUDÊNCIA - FONTES MATERIAIS;
- d) FONTES MATERIAIS – JURISPRUDÊNCIA - FONTES FORMAIS - COSTUME – LEIS;
- e) COSTUME – FONTES FORMAIS – JURISPRUDÊNCIA – LEIS - FONTES MATERIAIS.

Questão 29

Cláudio havia acabado de se aposentar e recebido o primeiro benefício financeiro quando o novo governo mudou as regras previdenciárias. A nova legislação prevê regras diferenciadas de idade, contagem de prazo de tempo de serviço e patamares financeiros, estipulando, inclusive, regras de transição. Muito preocupado, Cláudio procura um especialista previdenciário que lhe esclarece:

- a) Cláudio continuará sendo regido pelas regras anteriores com relação à idade, porém, terá seus benefícios reavaliados em virtude das regras de transição, por tratar-se de direito patrimonial e não previdenciário;
- b) Por força da garantia do direito adquirido; nada acontecerá a Cláudio;
- c) Por força da garantia do ato jurídico perfeito, nada acontecerá a Cláudio;
- d) Cláudio poderá ser atingido e ter sua aposentadoria reestruturada com base no princípio da eficácia imediata da lei;
- e) Por força da garantia da coisa julgada, nada acontecerá a Cláudio;

Questão 30

Em maio de 2018, as fortes chuvas derrubaram barreiras na periferia da cidade, causando grande destruição. Em uma determinada família, Jairo e suas duas filhas estavam em casa no momento do desabamento de uma das barreiras, porém, após meses de busca, os corpos não foram encontrados, levando sua família a concluir que foram levados pelo mar de lama que se formou, falecendo soterrados. Para esta situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) A partir do momento do desaparecimento, Jairo e suas filhas já podem ser declarados

- presumidamente mortos pela equipe de resgate do Corpo de Bombeiros local;
- b) Face às evidências de desaparecimento e morte de Jairo e suas filhas, mesmo antes de esgotadas as buscas e averiguações, será imediatamente declarada à morte presumida de todos da família;
 - c) Em virtude da calamidade, deverá ser declarada, por decreto, a morte natural para todos os membros da família;
 - d) Em virtude da quase certa possibilidade de morte de todos os membros da família, e após o encerramento das buscas e averiguações, poderá, por sentença, ser declarada a morte presumida de todos os membros da família;
 - e) Deverá ser declarada a morte presumida, por sentença, condicionada à publicação do Decreto municipal de ausência expedido pelo Prefeito em caso como este.

Questão 31

Denomina-se casamento a união voluntária entre duas pessoas, denominadas nubentes, que desejam constituir vínculo conjugal e formar uma família. O Código Civil dispõe sobre este tão importante instituto. Sobre o tema, assinale a alternativa falsa:

- a) É lícito aos nubentes estipular o regime de bens que desejem adotar, passando este a vigorar desde a data do casamento;
- b) Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial;
- c) É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial com pedido motivado de ambos os cônjuges;
- d) O regime de separação de bens será obrigatório no casamento de pessoa com mais de 70 (setenta) anos;
- e) Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente prestar fiança ou aval.

Questão 32

Ricardo, adolescente de dezessete anos mora em João Pessoa com seus pais. Submeteu-se ao ENEM e foi admitido em uma conceituada instituição de ensino superior em Recife, cidade em que moram alguns parentes paternos. Seus pais, impossibilitados de acompanhar Ricardo resolvem deixá-lo morar em Recife e dotá-lo de autonomia para realizar atos da vida civil. Nesta situação hipotética:

- a) Os pais de Ricardo devem esperar a maioridade civil de Ricardo que apenas acontecerá ao completar 18 anos, sob pena de serem penalizados civil e penalmente por abandono de relativamente incapaz;

- b) Os pais de Ricardo poderão conceder a emancipação voluntária ao adolescente desde que constitua tutor em Recife que possa suprir o pátrio-poder a eles pertencente, auxiliando o adolescente em todos os atos da vida civil;
- c) Existe a possibilidade dos pais de Ricardo lhe conceder a emancipação voluntária e para isso deverão lavrar instrumento público para que o adolescente adquira a plena capacidade civil;
- d) Existe a possibilidade dos pais de Ricardo lhe conceder a emancipação voluntária e para isso deverão solicitar autorização judicial, ainda que ambos concordem que o adolescente adquira a plena capacidade civil, posto tratar-se de hipótese de extrapolação do exercício do pátrio-poder;
- e) Na idade de Ricardo, não existem hipóteses possíveis para a concessão da emancipação.

Questão 33

O ordenamento jurídico brasileiro elegeu as pessoas naturais, ao lado das pessoas jurídicas, como potenciais titulares das relações jurídicas, concedendo-lhes aptidão genérica para a prática dos atos civis. A capacidade surge como uma espécie de medida jurídica da personalidade. Sobre o tema CAPACIDADE CIVIL, julgue os casos hipotéticos abaixo:

- I. Mariana completou dezesseis anos. Seus pais desejam emancipá-la. A emancipação de Mariana ocorrerá pela concessão de seus pais mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial;
- II. Abelardo tem apenas 15 anos e deseja comprar um videogame. Seu primo de 18 anos lhe oferece um aparelho seminovo porque pretende comprar um modelo mais atual. Os primos celebram um contrato de compra e venda formalizando o negócio. Nesta situação, o contrato celebrado não será válido em razão da incapacidade absoluta de Abelardo;
- III. Pessoa que sofreu grave acidente automobilístico e, embora apresentando atividade cerebral, não recobra a consciência e permanece em estado de coma, mantida por aparelhos por tempo indeterminado e recebendo os cuidados necessários a sua hidratação e nutrição é considerada pelo Direito Civil na condição de morte presumida;
- IV. Laísa tem 32 anos, desde os 16 anos foi identificada apresentando um quadro de bipolaridade controlado. Nessa situação, o Código Civil Brasileiro lhe confere plena capacidade para realizar os atos da vida civil.

- a) Estão corretos os itens I, II e IV;
- b) Todos os itens estão incorretos;
- c) Estão corretos os itens I e III ;
- d) Estão corretos os itens III e IV;
- e) Todos os itens estão corretos.

Questão 34

Vacatio Legis corresponde :

- a) Ao tempo existente entre a correção de uma lei e a sua nova publicação;
- b) Ao tempo existente entre a publicação de uma lei e a sua vigência;
- c) Ao tempo existente entre a data de publicação de uma lei e a sua revogação;
- d) Ao tempo existente entre a entrada da lei em vigor até a sua revogação;
- e) Ao tempo de vigência da lei no ordenamento jurídico de um país.

Questão 35

No tocante à atuação processual do Ministério Público no Direito Processual Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal;
- b) O Ministério Público será obrigatoriamente intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica, entre outras hipóteses, quando houver interesse público ou social e quando houver participação da Fazenda Pública no processo;
- c) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções;
- d) Quando intervier como fiscal da ordem jurídica, pode o Ministério Público produzir provas e terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;
- e) Aos membros do Ministério Público aplicam-se os mesmos motivos de impedimento e suspeição do juiz.

Questão 36

Josué, advogado, acredita que um ato praticado por um juiz, em seu processo, foi ilegal, razão pela qual impetrou mandado de segurança perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Após distribuição, seu remédio constitucional foi indeferido pelo relator. Inconformado com a decisão, Josué decide interpor o recurso cabível para o caso em análise.

O recurso a ser interposto por Josué, nesse caso específico, é:

- a) Reclamação para o Supremo Tribunal Federal;
- b) Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça;
- c) Apelação para o Tribunal de Justiça de Pernambuco;
- d) Agravo Interno para o Tribunal de Justiça de Pernambuco;
- e) Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

Questão 37

O mandado de segurança é uma ação constitucional que visa tutelar direito líquido e certo, ameaçado ou violado por autoridade pública ou por aquele que esteja no exercício de funções desta natureza.

Com base na Lei 12.016 de 7 de agosto de 2009, assinale a alternativa incorreta acerca do Mandado de Segurança:

- a) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;
- b) Ao despachar a inicial do mandado de segurança, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações;
- c) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 03 (três) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem;
- d) Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, deve suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença em mandado de segurança, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição;
- e) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus*.

Questão 38

A Ação Civil Pública é uma ação que visa proteger a coletividade, responsabilizando o infrator por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a qualquer outro interesse, bem como a direito difuso ou coletivo. Tendo em vista o conceito de Ação Civil Pública, bem como a Lei 7.347 de 24 de julho de 1985, assinale a alternativa correta acerca deste instituto:

- a) A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios, sendo defeso que entes da administração indireta ajuízem tal demanda;
- b) A sentença civil fará coisa julgada *inter partes*, possibilitando, se a ação for julgada improcedente

por deficiência de provas, que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova;

- c) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor;
- d) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias úteis;
- e) Em caso de desistência ou abandono da ação, o juiz mandará citar, preferencialmente por meio eletrônico, outro ente para dar prosseguimento à demanda e, não havendo parte interessada, será arquivado o processo.

Questão 39

Uma das inovações do Novo Código de Processo Civil, Lei 13105 de 16 de março de 2015, foi a possibilidade de instituição de calendário para a prática de atos processuais. Tal calendário:

- a) Pode ser fixado de comum acordo entre as partes, independentemente da anuência do juiz, que ficará obrigado a observar os prazos nele estabelecidos, com exceção da realização de audiências, que devem seguir a disponibilidade da pauta forense;
- b) Depois de fixado, dispensa a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido nele designadas;
- c) Vinculará as partes e o juiz, que deverá observar os prazos nele designados, com exceção dos estabelecidos para prolatar decisões judiciais;
- d) Vinculará apenas as partes, que não mais poderão alterar os prazos previstos, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados;
- e) Caso não seja aceito pelo juiz, valerá apenas para os prazos das partes, mas não para os prazos de prolação de decisões judiciais.

Questão 40

Considere os itens abaixo no tocante à coisa julgada:

- I. Não fazem coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença;
- II. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido;
- III. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado,

sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;

- IV. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV;
- b) I, II e IV;
- c) II e IV;
- d) III e IV;
- e) I, II e III.

Questão 41

Luterina ajuizou uma ação de obrigação de fazer cumulada com pagamento de indenização de danos morais contra Francinilda. Após a distribuição, o juiz da 76ª Vara de Mossoró/RN concedeu uma tutela de urgência ordenando o cumprimento da obrigação de fazer, o que fez com que o advogado de Francinilda interpusse o recurso de embargos de declaração, alegando omissão na decisão atacada.

Sobre tal recurso, é possível afirmar corretamente que:

- a) Serão opostos no prazo de 15 (quinze) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo;
- b) Após o recebimento dos embargos de declaração o juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias;
- c) Em caso de reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada a até dez por cento sobre o valor atualizado da causa, e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que a recolherão ao final;
- d) Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será tido como prejudicado;
- e) Não serão considerados incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, caso os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, mesmo que o tribunal superior considere existente erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Questão 42

A respeito da citação e da intimação, formas de comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade;
- b) A citação válida, apenas quando ordenada por juízo competente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor;
- c) A intimação será feita por oficial de justiça sempre que requerido por alguma das partes;
- d) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, de noivos, nos 7 (sete) primeiros dias seguintes ao casamento;
- e) Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.

Questão 43

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) tem como um de seus pilares a dignidade da pessoa humana. Neste sentido, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, expresso pela Lei nº 8.069, em vigor desde 1990, é considerado um marco protetivo e delineador desta característica constitucional **ao expressar que “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”**. Para a lei mencionada, desconsiderando os casos excepcionais por ela própria prevista, considera-se criança e adolescente, respectivamente:

- a) a pessoa até quatorze anos de idade incompletos - a pessoa entre quatorze e dezoito anos de idade;
- b) a pessoa até doze anos de idade incompletos - a pessoa entre doze e dezoito anos de idade;
- c) a pessoa até doze anos de idade completos - a pessoa entre doze e dezoito anos de idade;
- d) a pessoa até doze anos de idade incompletos - a pessoa entre dezesseis e dezoito anos de idade;
- e) a pessoa até quatorze anos de idade completos - a pessoa entre quatorze e dezoito anos de idade.

Questão 44

Nos termos do Art. 18-A do ECA, “a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto”. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. Para fins da lei em comento, considera-se tratamento cruel ou degradante ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão;

- II. Para fins da lei em comento, considera-se castigo físico a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe; ou ameace gravemente; ou ridicularize;
- III. Aos responsáveis pela criança ou adolescente que praticarem castigo físico ou tratamento cruel degradante, uma das punições a que estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, é o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, cabendo ao Conselho Tutelar aplicá-la, sem prejuízo de outras providências legais.

- a) Todos os itens estão corretos;
- b) Apenas o item I está correto;
- c) Apenas o item II está correto;
- d) Apenas o item III está correto;
- e) Todos os itens estão errados.

Questão 45

João, adolescente de 14 anos, foi surpreendido cometendo ATO INFRACIONAL.

Sobre o tratamento dado pelo ECA a esta circunstância, assinale abaixo a alternativa incorreta:

- a) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional;
- b) A idade do adolescente a ser considerada na apuração do ato infracional é aquela que ele possuía à data do fato, tendo ele menos que 18 anos, é considerado inimputável;
- c) Este adolescente não poderá ser privado de sua liberdade sem o devido processo legal e lhe será assegurada igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
- d) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima;
- e) Para a imposição das medidas socioeducativas faz-se necessário apenas que existam indícios de autoria e da materialidade do ato infracional praticado pelo adolescente, uma vez que, sendo as penas mais brandas, desnecessário o rigor da apuração.

Questão 46

Assinale a alternativa correta com relação à FAMÍLIA SUBSTITUTA:

- a) É aquela entendida como a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes;
- b) É aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade;
- c) É aquela para a qual o menor deve ser encaminhado de maneira excepcional, por meio de qualquer das modalidades previstas na lei como guarda, tutela e adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente;
- d) Regra geral, em virtude de possíveis dificuldades financeiras, grupos de irmãos deverão ser colocados sob adoção, tutela ou guarda em famílias substitutas diferentes;
- e) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada, contudo, desnecessário será seu consentimento, em qualquer idade, visto que o Conselho Tutelar detém a prerrogativa de decisão.

Questão 47

O Art. 59 da Lei 8.625/93 trata da carreira no Ministério Público (MP) e traz alguns relevantes registros. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) É obrigatória a abertura de concurso de ingresso na carreira do MP quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos iniciais da carreira;
- b) O ingresso nos cargos iniciais da carreira dependerá da aprovação prévia em concurso público de provas e títulos;
- c) O concurso será organizado e realizado pela Procuradoria-Geral de Justiça, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil;
- d) Para o candidato aprovado está assegurada a nomeação e a escolha do cargo, de acordo com a ordem de classificação no concurso;
- e) Como requisitos legais estabelecidos para o ingresso na carreira do Ministério Público exige-se ser brasileiro maior que 18 anos, nível superior em qualquer graduação, quitação com o serviço militar e gozo dos direitos políticos.

Questão 48

Ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas, as decisões do

Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira

- a) têm eficácia plena e executoriedade imediata;
- b) têm eficácia imediata e executoriedade restrita;
- c) têm eficácia plena e executoriedade mediata;
- d) têm eficácia contida e executoriedade imediata;
- e) têm eficácia limitada e executoriedade imediata.

Questão 49

O "Dia Nacional do Ministério Público" encontra-se definido no artigo 82 da Lei Orgânica Nacional do *Parquet* - Lei nº.8.625/93. Identifique abaixo a alternativa que contempla essa data comemorativa:

- a) 14 de dezembro;
- b) 12 de abril;
- c) 14 de setembro;
- d) 12 de maio;
- e) 12 de dezembro.

Questão 50

Sobre a atuação e composição do Ministério Público, julgue os itens a seguir:

- I. A Constituição Federal incumbiu o Ministério Público da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis;
- II. O Ministério Público não pertence a nenhum dos poderes, nem do Judiciário, nem do Executivo ou Legislativo. É uma instituição pública permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Representa os interesses da sociedade e age como fiscal da correta aplicação da lei, atuando de forma autônoma e independente;
- III. A atuação do Ministério Público na esfera civil está em intervir em questões relativas a direito de família, de menores e de incapazes. Atua por meio dos Inquéritos Cíveis e das Ações Cíveis Públicas, que são os instrumentos utilizados na investigação e repressão de condutas lesivas aos bens e direitos comuns à coletividade;
- IV. O Ministério Público atuará na área criminal como autor e fiscal da lei. Seu objetivo é punir aqueles cuja conduta necessita de uma contenção estatal através da aplicação de uma sanção penal. Na atualidade, contudo, dentre as suas funções têm se destacado a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Estão corretos os itens:

- a) Apenas I, II e III;
- b) Apenas II e III;
- c) I, II, III e IV;
- d) Apenas I, II e IV;
- e) Apenas I e IV.